

Consequências da violência de gênero na saúde de universitárias: um estudo de caso sobre relacionamentos íntimos abusivos

Yanco Paternó de Oliveira¹ (Orcid: 0000-0001-9836-8396) (yanco.oliveira@gmail.com)

Andreia da Fonseca Araujo¹ (Orcid: 0000-0002-9861-7150) (de_faraujo@yahoo.com.br)

Oswaldo Riboldi Junior¹ (Orcid: 0000-0002-0244-9165) (oriboldi@uol.com.br)

Rosa Frugoli¹ (Orcid: 0000-0001-8197-1797) (rosa.silva1@metodista.br)

¹ Universidade Metodista de São Paulo. São Bernardo do Campo-SP, Brasil.

Resumo: Este artigo trata da violência contra as mulheres por parceiros íntimos, delimitado a participantes cursando graduação em universidades do ABCD Paulista e que em algum momento de suas vidas passaram por este tipo de violação. A violência contra as mulheres, demarcada pelas assimetrias de gênero, é questão de saúde pública, sendo violação explícita dos direitos humanos. Diante dessa gravidade, este estudo objetivou analisar como a violência contra as mulheres se expressa na vida de universitárias e suas consequências em suas vidas. O método foi qualitativo, utilizando quatro estudos de caso com entrevistas semiestruturadas. Os dados coletados foram tratados pela Análise Temática, surgindo dois temas com grupos de significados principais: tipos de violência e consequências sobre a vida das mulheres universitárias. Destas análises, violência física, psicológica e sexual frequentemente ocorreram simultaneamente com consequências à saúde, sobretudo, mental, acentuando problemas como depressão e pânico, desqualificação da autoimagem, alteração abrupta de peso. Concluiu-se que: a) mesmo universitárias com acesso a informações e críticas sobre relações íntimas afetivas insatisfatórias, vivenciam violência na intimidade, afetando suas vidas; b) embora a problemática da violência às mulheres tenha ganhado notoriedade, é preciso refletir e agir para garantir-lhes direitos básicos em qualquer espaço social.

► **Palavras-chave:** Violência contra as mulheres. Violência de gênero. Relacionamento íntimo abusivo. Violência física e psicológica. Mulheres universitárias.

Recebido em: 21/12/2021

Revisado em: 05/06/2022

Aprovado em: 02/04/2024

DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-7331202434087pt>

Editora responsável: Tatiana Wargas | Pareceristas: Fabiane Gama, Monica Conrado e Ana Gretel Echazú Böhshemeier

Introdução

Este artigo tem como proposta analisar a violência contra as mulheres manifestada por meio de relacionamento íntimo. As participantes foram mulheres que em algum momento de suas vidas passaram por este tipo de situação de violação de direitos e, atualmente, são universitárias. O trabalho objetivou identificar quais as consequências deste fenômeno na saúde dessas mulheres.

A violência contra as mulheres é considerada um problema de saúde pública, afetando cerca de um terço das mulheres no mundo. Trata-se de um fenômeno persistente, complexo e multideterminado, sustentado, sobretudo, por questões socioculturais, na qual as mulheres são colocadas numa situação de não direito à vida digna pela condição de gênero (Frugoli, 2019; Silva, 2017; Ataíde, 2015; Straus; Gozjolk, 2014; Flake *et al.*, 2013).¹ Essas manifestações são maneiras de estabelecer uma relação assimétrica entre homens e mulheres, pautada na submissão feminina e manutenção do poder masculino.

Da relevância desta temática e implicações deste contexto, discussões e reflexões relacionadas ao machismo, patriarcado, poder e direitos humanos são fundamentais na busca por relações de gêneros menos desiguais. Ainda que nesta investigação se trate de participantes que são mulheres universitárias e que conseguiram chegar no nível de formação superior, identificamos que a delimitação deste trabalho se trata preponderantemente de mulheres brancas e que tem acesso a formação superior. Cabe considerar que esta é uma delimitação da categoria mulheres brancas, pois outras mulheres, como negras e indígenas, não estão representadas neste trabalho, uma vez que nos locais de coleta de dados, universidades privilegiadas na região do ABCD Paulista, não houve representação de mulheres que não fossem brancas e esta situação evidencia mais uma forma de violação de direitos contra as diversas mulheres de nossa população e mais uma expressão de desigualdade de gênero, especialmente referente a mulheres que perpassam atravessamentos de outras classes, raça-etnicidade, localidade e outras intersecções. Entretanto, o apontamento anterior não desqualifica que qualquer situação de violação de direitos não revele sua gravidade e urgência de debates e intervenções.

A Organização Panamericana da Saúde e a Organização Mundial da Saúde (OMS, 2017) apontam que acerca de 35% das mulheres já foram vítimas de violência física e ou sexual praticada principalmente por parceiros íntimos.

Relata Waiselfisz (2015) que, no Brasil, das situações de violência notificadas, a física é a de maior incidência, totalizando 48,7% dos atendimentos registrados, intensificadas em mulheres jovens e adultas, chegando a totalizar cerca de 60% dos registros oficiais. Observa Silva (2017) a gravidade deste fenômeno, podendo haver significativo número de subnotificação devido laços afetivos e íntimos entre as mulheres e autores de violência.

Em análises nos estudos com mulheres que cursavam período universitário, realizados por Ataíde (2015), com foco na violência entre jovens casais durante o namoro, os resultados obtidos a partir de pesquisa qualitativa, mostram que jovens universitárias sofreram de seus parceiros violência psicológica, sexual e física trazendo-lhes sofrimento significativo.

Nesta perspectiva, para Noelia Igareda e Encarna Bodelón (2014), ao analisarem a violência contra mulheres espanholas em período universitário, a forma de violência efetivamente reconhecida neste meio é a sexual, prioritariamente o estupro às mulheres, apontando que na violência contra as mulheres para se ter alguma atitude de auxílio as vítimas, é necessário perceber o fato no físico dessas mulheres. Jéssica Turchik e Christina Hassija (2014), com base em estudo sobre a violência sexual com mulheres, identificaram que na agressão com risco à saúde, o uso abusivo de drogas e/ou comportamentos problemáticos dos autores estavam presentes. Para Emma Tsui e E. Karina Santamaria (2015), ao estudarem o risco de violência por parceiros íntimos com mulheres graduadas e o papel desempenhado pelo ambiente social urbano no risco de violência por parceiro íntimo, observaram que frequentar a faculdade pode elevar o risco de violência quando o parceiro procura limitar a experiência de faculdade da parceira, sentindo-se ameaçado pelo poder que ela pode alcançar.

Flake *et al.* (2013), em estudo sobre violência por parceiro íntimo com estudantes de duas universidades brasileiras do Estado de São Paulo, com questionário autoaplicado em 362 alunos, observou maior preponderância de violência e risco às mulheres, demandando-se programas de redução de violência de gênero. Os estudos de Straus e Gozjolko (2014) sobre “terrorismo íntimo” e as diferenças de gênero na lesão de parceiros de namoro com universitários masculinos e femininos, notadamente aparece maior frequência de riscos e danos às mulheres, necessitando-se programas voltados a esta questão. Sandra Realphe *et al.* (2015), em sua pesquisa sobre “sutilezas” da discriminação e violência de gênero, no recorte a alunos de graduação e pós-graduação de uma faculdade de medicina em Bogotá na Colômbia,

mostraram probabilidade maior às mulheres, propondo a necessidade de programas voltados a prevenção da violência conjugal.

Nos estudos realizados por Tanizaka *et al.* (2020), sobre contribuições da epistemologia de gênero para a compreensão do fenômeno da violência contra as mulheres, e Denise Maito *et al.* (2019), sobre construção de diretrizes para orientar ações institucionais face a violência de gênero, especialmente às universitárias, os autores enfocaram a elaboração para prevenção desta problemática, pois a maioria das mulheres que vivenciaram situações de violência chegaram aos *campi* universitários.

Ao vivenciar a violência as mulheres têm sua saúde afetada, comprometimentos psicológicos, intensos sentimentos de medo, ansiedade, autoestima rebaixada e sintomas associados a quadros depressivos, estresse pós-traumático, ideação e tentativas de suicídio, ressalta Frugoli *et al.* (2019), a partir de estudos sobre a violência contra as mulheres graduandas, que revelaram impactos na vida das mulheres desde a esfera social, como o afastamento de perto dos amigos, à esfera familiar. Consideram Milma Miranda, Cristiane Paula e Isabel Bordin (2010) que na violência conjugal contra as mulheres, há impacto imediato na saúde, trabalho e família. As autoras, por meio de amostra probabilística de censo de domicílios elegíveis, com participação de 784 mulheres, entre 16 e 49 anos de idade, com um filho menor de 18 anos e marido/companheiro residente), observaram que os impactos na família, atingindo especialmente os filhos quando presentes, aumentaram significativamente a probabilidade de os menores apresentarem implicações emocionais e comportamentais, ansiedade e depressão, autoestima rebaixada, desobediência, pesadelos e queixas somáticas, além de baixo desempenho escolar.

Erica Mendonça e Lucimar Souza (2010), ao pesquisarem sobre a violência doméstica contra as mulheres como questão de saúde pública, apresentaram as consequências basais da violência doméstica para a saúde e identificaram estratégias e ações de profissionais da saúde no atendimento às mulheres vítimas de violência, indicando, antes de se tornar questão de saúde, ser questão social. Não obstante o enfrentamento a este problema, acrescentam Frugoli *et al.* (2019), que por ser uma demanda com várias causas e interferências multifatoriais, requer assistência das várias áreas e campos de atuação, como a efetividade das redes de apoio e de serviços especializados intersetoriais.

Desta forma, neste artigo, as questões da violência de gênero, no recorte da violência contra as mulheres em que as participantes são universitárias, problematizaram se

as situações de violência demarcadas nas relações assimétricas de gênero, ao atingir mulheres em um nível superior de educação formal, mostram-se ressonantes aos dados da literatura ou se apresentam elementos inéditos por se tratar de um grupo de mulheres que está em uma camada privilegiada de acesso aos bens de consumo informacional, cultural e acadêmico.

Método

O método foi qualitativo, utilizando-se de estudo de caso, a partir de entrevistas semiestruturadas com quatro participantes, identificadas por M1, M2, M3 e M4, com idade entre 18 e 50 anos, universitárias da região metropolitana de São Paulo. Esta pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética nº 396070318.9.0000.5508.

A partir da coleta de dados, utilizou-se da Análise Temática (AT) de Virgínia Braun e Victoria Clarke (2016), para analisar e relatar padrões de ocorrências e sentidos, chamados temas. A AT é um processo que tem início quando o pesquisador inicia a busca por padrões de significados nos dados e questões de interesse na pesquisa. O processo da AT, embasadas nas diretrizes de Braun e Clarke (2016), ocorreu em seis fases:

- Fase 1, familiarização com os dados, por leitura ativa e repetida, entrou-se em contato com os dados buscando a abrangência do que foi estudado, procurando significados e padrões. Analisou-se quatro entrevistas com mulheres estudantes universitárias, que experienciaram violência ao longo de suas vidas. Nas entrevistas selecionadas, as participantes relataram a vivência da violência e apresentaram gama complexa de informações.
- Fase 2, geração de códigos iniciais, produziu-se códigos que identificaram características dos dados, como semânticas, conteúdos explícitos ou latentes, que se vincularam com os objetivos da pesquisa.
- Fase 3, busca de temas, houve reorientação da análise, reorganizando os temas de forma abrangente. Esta fase encerrou-se face a estruturação de uma lista de temas potenciais, subtemas e extratos de dados codificados com relação a eles. A codificação dos trechos relevantes foi organizada advindo da identificação dos tipos de violência ocorridas com as participantes e consequências para a vida destas mulheres. A Tabela 1 apresenta os respectivos segmentos.

Tabela 1. Codificação dos trechos relevantes

Código		Significado
VF		Física
VP		Psicológica
VM	Tipo de Violência	Moral
VP'		Patrimonial
VS		Sexual
CF		Físicas
CP		Psicológicas
CS	Consequências (para a mulher e filhos, se houver)	Sociais
CF'		Financeiras
CP'		Patrimonial
CA		Autor da violência
OU	Outros	

Fonte: Elaborada pelos autores, com base no instrumento de coleta de dados, 2019.

- Fase 4, revisão dos temas, refinaram-se os temas encontrados, e esta fase dividiu-se em dois momentos: nível 1, com análise sobre todos os extratos agrupados em cada tema proposto, verificando se houve padrão coerente, e nível 2, no qual, finalizado o nível 1, considerou-se a validade dos temas na relação ao conjunto de dados, avaliando se houve relação do tema com o todo do trabalho e seu objetivo, cabendo nova releitura.
- Fase 5, definição e nomeação dos temas, aprofundou-se cada tema surgido e determinou-se qual aspecto do dado cada tema capturou.
- Fase 6, escrita de relatório, iniciou-se a análise final de todas as fases apresentadas, evidenciando-se as categorias e resultados alcançados.

Resultados e Discussão

Conhecendo as mulheres universitárias e o seu cotidiano

A participante M1 tem 37 anos de idade, lecionou na educação infantil por 20 anos e atualmente cursa nível universitário na área da saúde. Em sua trajetória acadêmica cursou magistério e, posteriormente, iniciou graduação na área da saúde.

Após graduar-se iniciou pós-graduação *latu-senso* e ao término, grávida, casou-se aos 26 anos. Naquele período, relatou, gostaria de atuar em sua área como profissional liberal, entretanto, receando não ter salário fixo e medo de “largar o que era certo”, seguiu trabalhando na escola em que atuava. Após nascer sua filha, desistiu deste trabalho. Relatou que no início da maternidade houve separação conjugal, mas em seguida o casal retomou a relação. Expôs que pretendiam ter dois filhos e isto ocorreu com a reconciliação. Durante sua segunda gravidez o marido mudou o comportamento e ela não sabia se ele não aceitava o filho, ou era momento era inadequado para gerar uma criança, o que a atormentou. Aquela situação gerou conflitos à M1 que observava mudanças na conduta do marido, desde o nascimento da primeira filha. O marido, na opinião de M1, queria disputar sua atenção com a menina, reproduzindo comportamentos da criança, de modo que se a filha ficava doente, ele adoecia também. M1 afirmou ter sofrido diversas situações de violência durante seu relacionamento íntimo conjugal.

A participante M2 tem 18 anos de idade, encontrando-se no início de um curso de graduação na área da saúde. Relatou que além de estudar, trabalhava como instrutora de curso profissionalizante em escola de informática. Sobre sua vida familiar, narrou residir com sua mãe, tia e avó. Afirmou ter sofrido várias situações de violência em relacionamento íntimo afetivo, de um rapaz com quem mantinha contato esporádico.

A participante M3 tem 50 anos de idade, encontrando-se casada. Antes de seu casamento atual mantinha relacionamento íntimo abusivo, no qual seu namorado a impedia de ir a diversos locais, inclusive ao trabalho. Naquele período também era impedida de ter amigas e sair sem a permissão daquele parceiro. Ainda que reconhecida profissionalmente e com boa posição de cargo e salário, seu namorado estava desempregado e a desqualificava em suas competências e habilidades. M3 afirmou ter sido muito difícil o rompimento dessa relação, sendo possível somente quando foi transferida de cidade por motivos profissionais.

A participante M4 tem 25 anos de idade, é paulista, solteira, sem filhos e continua trabalhando como administradora de eventos. Começou a trabalhar em *buffet* aos 16 anos, depois trabalhou em loja de shopping center. Aos 20 anos, iniciou seus estudos em um curso superior, mas percebeu que não era o que queria, decidindo realizar seu sonho de fazer intercâmbio. Foi para um país da Europa e trabalhou como babá. Retornando ao Brasil, reencontrou uma amiga que a indicou para trabalhar como

promotora em agência de eventos. Após um ano relatou já ter clareza do que queria cursar na faculdade, mas devido a problemas financeiros aguardou oportunidade econômica para retomar os estudos. Retornando ao Brasil, conheceu um rapaz onde trabalhava e ele a convidou para trabalharem juntos em eventos religiosos. O namorado era cantor de determinado estilo musical cristão e M4 se apaixonou por aquele homem bem-sucedido e religioso. Após alguns meses de relacionamento, M4 começou a sofrer situações de violência em seu relacionamento íntimo afetivo. Essas situações iniciaram-se com humilhações, posteriormente violência física e sexual, chegando a perdas de salário e patrimônio.

A violência em relacionamentos íntimos abusivos e as consequências para a saúde das universitárias

As categorias advindas da AT, permitiram elaborar quatro tabelas relacionadas às consequências das situações de violências em relacionamento íntimo afetivo na vida das participantes M1, M2, M3 e M4. Das participantes, duas foram casadas e os autores de abuso foram seus maridos (M1 e M2) e outras duas (M3 e M4), embora os autores de violência também tenham sido homens, um estava na condição de namorado e outro na de “ficante”, parceiro ocasional.

A Tabela 2 traz recortes de relatos das participantes nos quais foram identificados violência física, conforme Lei Maria da Penha, nº 11.340/2006. Este tipo de violência se configura em qualquer conduta que ofenda a integridade ou a saúde física das mulheres. Quando se trata de violência física, pelas marcas evidenciadas no corpo, as situações de violências são mais percebidas pelas mulheres do que outros tipos de violência. Isto implica dizer que embora os corpos sejam ou não marcados visivelmente, sob qualquer forma de violência, todas as mulheres trazem danos em suas vidas (Straus; Gozjolko, 2014).

Nas tabelas a seguir, os verbos em negrito foram destacados, evidenciando diversos tipos de situações de violência perpetradas contra as mulheres.

A Tabela 2 mostra ações que se enquadram na categoria de violência física, tipo de violação que se mostrou identificável materialmente. Enquanto as consequências físicas para essas participantes se revelaram por meio da força física do homem, deixando marcas visíveis no corpo, houve outras marcas ressonantes a esses quadros de violência.

Tabela 2. Segmentos sobre violência física

Participante	Segmento
M1	... eu não sabia se ele ia chegar e ele ia agredir eu e minha filha.
M1	... ele foi e me empurrou e eu caí no guarda-roupa.
M1	... ele me jogou na cama e ele me enforcava .
M1	... ele pegou e me deu um soco no braço...
M4	... uma vez ele me empurrou , mas foi uma vez só...
M2	... ele tentou puxar meu braço...

Fonte: Elaborada pelos autores, com base no instrumento de coleta de dados, 2019.

A experiência da violência, produz diversos impactos para além das marcas visíveis. No relato de M2 podemos observar este efeito. A participante relatou que das situações que vivenciou de violência teve desde hematomas e feridas no corpo a alteração de peso, cansaço físico, anemia, alterações no sono e no sistema gastrointestinal. Seus relatos indicaram que na época das ocorrências da violência ela nem percebia que ficava doente, mas sabia ao olhar para trás que sua saúde estava ruim. M2 disse: “Então eu comia e vomitava [forçadamente], comia e vomitava, saía com ele, chegava em casa e vomitava”. Nesta fala evidencia-se que M2 não estava bem de saúde física e mental, levando-a a distúrbios alimentares. A participante revelou que o que vivia no relacionamento íntimo, impactava a partir de sua própria percepção na sua relação com o próprio corpo.

As consequências da violência vão além do manifesto, produzindo novos subprodutos que perpassam desde o medo da ocorrência de nova situação de violência. Neste ponto, salienta-se não somente os danos que ocorrem a saúde e a vida das mulheres, como riscos a própria vida. Para Kerle Lucena *et al.* (2016) e Frugoli e Giovana Furquim (2019), as mulheres muitas vezes não identificam que se encontram num ciclo de violência por se encontrar num meio de diversos afetos mobilizados, ora o parceiro é amável e se arrepende de ações violentas, ora ele tem explosões de agressividade. Então, tem-se o ciclo da violência, num contexto de situações que se iniciam-se mais brandamente, perpassando por formas físicas de violações, podendo chegar ao feminicídio.

Pela condição de serem mulheres inseridas numa sociedade que desqualifica este gênero, as mulheres demarcam um lugar social, político e cultural de submissão ou

de conflitos constantes, individual ou coletivo, frequentemente consideradas com menor valor diante do masculino, noutro aspecto podem apresentar dificuldades para discriminar quando estão sendo cuidadas ou violadas em seus direitos básicos de cidadania. A violência de gênero contra as mulheres pode começar pela privação de sua liberdade, a partir de falso cuidado e impedimento de emancipação, atingindo a autoestima, subjetividade e percepção nos relacionamentos íntimos e na vida. Neste ponto, Lélia Gonzalez (1984) fortalece o debate atual sobre o questionamento da universalidade da categoria mulher e as relações de gênero, como se falássemos apenas de um modo e ou uma forma de ser mulher, pois muitas mulheres não são consideradas nas discussões de gênero, como se houvesse realmente uma categoria universal de mulher. Neste trabalho, pontuamos novamente que estamos tratando de mulheres brancas e que conseguiram participar do ensino superior de educação formal e o que cabe nestas considerações não cabe a todas as outras mulheres.

Para Ataíde (2015), a violência de condutas baseadas em gênero pode causar sofrimento físico, sexual e ou psicológico à mulher, evidenciando relações de poder historicamente desiguais. Vale ressaltar que estamos tratando de participantes, desta investigação, de mulheres brancas. Ao pensarmos outras mulheres neste contexto, podemos afirmar que esta condição de sofrimento se torna mais intensa quando não se trata das mulheres privilegiadas, para Gonzalez (1984), o capitalista patriarcal de nenhuma forma contempla as mulheres negras, às indígenas, àquelas vulneráveis e as margens, pois toma estas mulheres por sua humanidade negada e como corpos animalizados. Se os autores Realphe *et al.* (2015) pontuam que estas violências para mulheres universitárias, no nosso caso mulheres brancas, se caracterizam como problema presente e longe de ser fato isolado ou sutil, configurando-se próximo das violências sofridas socialmente por quaisquer mulheres, confirmamos que para as mulheres negras, indígenas e às margens, as situações de violências que perpassam e envolvem gênero, idade, localidade, espaço, classe, raça, etnias e outros elementos se tornam muito mais difíceis de serem superadas e extintas.

Ao voltarmos a discutir que a violação de direitos marca não somente o corpo físico, como outras partes da vida das mulheres, na tabela 3 apresentamos situações de violência perpassadas por questões psicológicas e morais.

Tabela 3. Segmentos sobre violência psicológica e violência moral

Participante	Segmento
M1	... ele falou: Tomara que você perca essa criança e desligou o telefone.
M1	Aí ele disse: Você vai ver a hora que a gente subir eu vou acabar com você .
M1	Não eu não fiz isso, não era bem assim, a não você ouviu demais eu não tava com outra pessoa ...
M1	... tudo era frescura , tudo é exagero meu.
M1	Como ele sempre falou você é louca até eu fiquei... será que eu to entendendo demais?
M1	... muitas das coisas que vai me falando eu acabo ficando na dúvida das coisas que eu vejo e que eu ouço , então eu acabo até perdendo um pouco da minha personalidade, um pouco não né, muito, eu falava será que eu sou louca?
M1	Aí eu comecei: gente eu estou errada ele que está certo .
M1	Aí ele começou a me xingar, me xingar dizendo você é uma vagabunda, sua família não presta e começou a falar do nada.
M2	Nossa você engordou demais, olha como que você tá, olha sua barriga .
M2	Você não fez a unha direito, você não limpou direito , essa unha tá muito curta, seu cabelo tá seco.
M2	Você tem que ir de social, eu não gostei dessa roupa , troca.
M2	Se eu te traía porque é culpa sua se eu te traía, é porque você não fazia tal coisa direito , é porque você deixou a desejar.
M2	Você nunca vai me deixar, que você me ama e você não vive sem mim...
M3	E ele sempre fazendo assim eu acreditar que eu tava fazendo mal para ele sabe... fazia esse movimento de me culpar .
M3	Ele começou a falar o quanto os meninos eram lerdos porque a gente é muito fácil, tem muita mulher fácil no curso.
M3	Mandou áudio nojento pra algumas alunas, pra mim ele mandou que queria me dar um beijo .
M4	Ele começou com as traições, aí ele botava a culpa em mim . E assim, foi bem de levinho assim... Eu não gosto da sua amiga, não anda mais com sua amiga , aí eu não gosto que vc usa brinco, não usa mais brinco, aí eu gosto do seu cabelo assim, e aí foi aumentando, eu não percebia.
M4	Ele fazia das pessoas da minha família como se fossem meus inimigos. Tinha que parar de falar com a minha mãe .

continua...

Participante	Segmento
M4	Quando tava com 8 meses de gravidez, ele começou tudo de novo. As traições. Você tá ficando louca... ah, eu traio porque a culpa é sua.
M4	Ele falava que eu não era bonita o suficiente pra ele. Tava comigo porque ele tinha pena de mim , que eu não podia encontrar uma pessoa melhor que ele, que ninguém ia me aguentar.

Fonte: Elaborada pelos autores, com base no instrumento de coleta de dados, 2019.

Na Tabela 3, constam trechos das entrevistas com aspectos relacionados à violência com marcas físicas, psicológicas e morais. A violência psicológica é definida, conforme Lei Maria da Penha, como qualquer conduta que cause danos emocionais e diminuição da autoestima das mulheres, bem como atos que visem degradar suas ações, decisões, comportamentos ou crenças, ao passo que a violência moral é entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria.

Os impactos psicológicos e emocionais retroagem na saúde psicológica intensificando o sofrimento. No contexto das participantes, evidencia-se a violência psicológica como meio de estabelecer o dano emocional e diminuição da autoestima, prejudicando o pleno desenvolvimento das mulheres, o controle de suas ações, comportamentos, crenças e decisões. Como consequências das experiências de violência, outros efeitos danosos se apresentam a médio e longo prazo conforme indicadas pelas participantes, como acentuada dificuldade de relacionar-se e de confiar em um novo potencial parceiro íntimo. Ao experimentar novas propostas de relacionamento íntimo, as participantes relataram evitação, medo, desconfiança, desconforto, paralisação e/ou apatia na busca de novas relações saudáveis.

Na mesma Tabela 3, podemos identificar sentimentos de medo, solidão e angústia, apontando, Frugoli *et al.* (2019), para o comprometimento da saúde mental das mulheres em diversas esferas da vida. Das consequências psicológicas, há o aparecimento da condição imposta pelo gênero masculino, numa relação de poder estabelecida nas produções de cultura de dominação que revela a supremacia do homem sobre as mulheres (Straus; Gozjolko, 2014; Tsui; Santamaria, 2015; Realphe *et al.*, 2015; Hernández, 2015).

Observam Frugoli e Furquim (2019) que dificilmente as mulheres procuram auxílio face à violência, especialmente a psicológica, tendendo a aceitar e justificar as atitudes dos autores de agressão, protelando a exposição de seus sofrimentos

até ocorrer a violência física. Essas circunstâncias revelam que é fundamental as mulheres terem conhecimento sobre si, do modo de ser do outro e das produções sociopolíticas-culturais atuantes nas relações assimétricas de gênero. A partir daí, ideias de senso comum podem ser questionadas, discutidas, refletidas e clarificadas, como as de que os homens são violentos porque são doentes ou sob efeitos de drogas; somente mulheres com menor escolaridade ou pobres sofrem violência; que as mulheres são culpadas pela violência; que não denunciam porque são covardes, gostam de apanhar e serem humilhadas.

É um trabalho que exige conscientização de toda sociedade. É preciso desmistificar preconceitos que envolvem os diversos tipos de violência, esclarecendo do que se tratam e suas consequências. Muito se escuta falar de violência física, sexual, mas pouco sobre violência psicológica que pode estar nas entrelinhas, como brincadeiras e palavras agressivas proferidas pelo parceiro. Destacam Frugoli e Furquim (2019) que a divulgação de informações, discussões, reflexões e denúncia deste fenômeno são possibilidades de se trazer à tona este grave problema da violência contra as mulheres, sobretudo em sua face mais sutil que é a violência psicológica, ainda que difícil de se identificar ou invisível, conforme Frugoli *et al.* (2019).

Na Tabela 4, trechos que caracterizam violência sexual pela Lei Maria da Penha como qualquer tipo de conduta que leve mulheres a presenciar, manter ou participar de relações sexuais não desejadas e que se dão a partir de intimidação, ameaça, coação ou uso da força física.

Tabela 4. Segmentos sobre violência sexual

Participante	Segmento
M1	Eu disse para ele parar de dar banho junto com as crianças. E um dia a [filha] falou: mãe saiu um bichinho do pipi do papai.
M1	Minha filha tava vindo todinha assada.
M1	Mãe, a ... [companheira do autor da violência] me ensinou a dar beijo de namorado e puxar minha boca.
M2	Pedi pra fazer com preservativo... E não vi se ele tinha colocado ou não, ele ejaculou dentro e não me avisou.
M2	É, teve um ex da minha mãe. Ele foi o namorado que menos gostei. Eu jogando [game], ele começou a passar a mão no meu cabelo, passar a mão no meu braço, colocou a mão na minha perna.

continua...

Participante	Segmento
M2	Entrei no ônibus e o motorista falou: nossa você é uma moça muito bonita. Aí ele me chamou de gostosa.
M3	Aquela câmera... go pro que não tem visor, nem nada. Ele tinha uma dessa. E sempre ficava na cômoda dele direcionada para cama... E aí uma das vezes que eu me recusei a fazer sexo com ele que eu não estava a fim, ele falou: vamos assistir então e apontou para câmera e aí eu fiquei muito nervosa...Meu Deus. Ele já... Ele já gravou, gravou.
M3	Eu achei várias fotos de amigas, achei fotos íntimas minhas. Eu tava trocando de roupa e ele tava tirando print.

Fonte: Elaborada pelos autores, com base no instrumento de coleta de dados, 2019.

Importante reiterar que a violência sexual não necessariamente emprega-se da força física, o ato também é caracterizado como violência quando se utiliza de chantagem emocional para que se tenha ou se mantenha relações sexuais. Circunstâncias de não consentimento sexual da outra parte, caracteriza-se como abuso sexual, abrangendo vários tipos de agressões sexuais, como aliciamento, exploração sexual, assédio sexual e estupro. A Lei n. 12.015/2009 enfoca os chamados “crimes contra a dignidade sexual” que embora descritos no Código Penal brasileiro, a realização das denúncias processuais constitui números menores de ocorrências do fato, pois muitas pessoas não identificam as violências ou temem denunciar.

A participante M3 passou por situações relacionadas a violência e abuso sexual. O alcance da relação sexual ocorreu pela ameaça em expor sua privacidade íntima nas redes de internet ou outro meio de publicação. Tratou-se de chantagem emocional para que M3 cedesse às exigências sexuais do autor da violência, embora ela não desejasse relacionar-se naquele momento com ele.

Dados atuais sobre a violência sexual contra as mulheres, indicam que 7,5 milhões já sofreram violência. A maior parte das agressões sexuais contra mulheres foi perpetrada por companheiros, namorados, cônjuges ou ex-parceiros e a violência sexual ocorreu em 61,6% dos casos, na residência das próprias vítimas. Para o Ministério da Saúde, a maioria das vítimas de estupro é constituída de crianças e adolescentes, em torno de 70% dos casos denunciados e novamente os autores mais recorrentes são membros da própria família ou pessoas próximas do convívio da vítima (Frugoli *et al.*, 2019; Waiselsfisz, 2015).

Pontuam Straus e Gozjolko (2014) que, no ciclo da violência, o controle coercitivo por ambos os parceiros são similares no namoro, tendendo ser prejudicial as mulheres, na qual recaem maior número de ocorrências de situações de violência. Há ainda de se considerar que o assédio também perpassa crianças.

Nesta investigação, identificou-se no relato de uma participante que é mãe que o autor da violência se utilizava de um lugar de autoridade, era pai da criança e isto facilitava a ação da violação dos direitos e a impunidade pela situação. Na Tabela 4, a participante M1 relata sobre seu ex-marido e pai de sua filha. Este homem tomava banho com a filha pequena e havia também ocasiões em que a companheira daquele pai se juntava a eles. Num determinado dia, a filha disse a mãe que “[...] saiu um bichinho do pipi do papai”. Para a mãe, isto explicava em partes por que a menina “vinha assada” na genitália quando chegava da casa paterna.

Os dados estatísticos da violência sobre mulheres apontam que o âmbito residencial é o espaço de maior risco, sejam elas adultas ou crianças. A casa não é o lugar mais seguro para as mulheres, tão pouco pais e familiares não violentam sexualmente ou assediam crianças (Waiselfisz, 2015; Silva, 2017; Alves, 2020). Utilizar de falas e atitudes que desrespeitem, agridam ou violem às mulheres, objetificando-as, é atitude abusiva e de violência. E isto pode ocorrer desde palavras até atitudes sexuais como as narradas pela participante M2 ao afirmar que o parceiro ejaculou e não a avisou, fazendo com que ela somente percebesse ao perguntar onde estava o preservativo e descobrir que o homem não o tinha utilizado, precavendo-os de doenças sexualmente transmissíveis, correndo o risco, inclusive, de engravidá-la contra sua vontade.

Nessas situações de violência, principalmente no âmbito doméstico, as mulheres têm sua integridade humana violada e abalada em sua saúde e, as consequências negativas envolvendo questões físicas, psicológicas e sexuais, evidenciam experiências insatisfatórias e de sofrimento que atrapalham suas vidas e dos que as cercam.

Estas mulheres experienciam sentimentos negativos, dado que os impactos no corpo as colocam em situação de dúvida da própria capacidade de resolver conflitos sobre si e daqueles que estão à sua volta (Frugoli *et al.*, 2019; Carel, 2016).

Junto às consequências referenciadas e à falta de confiança que ocorre em diversos níveis, há consequências financeiras e patrimoniais. Em nossos estudos, identificamos que foram as mulheres que perderam financeira ou patrimonialmente, seus parceiros retiraram seus pertences, como chave de carro e/ou deixaram de fazer

pagamentos de pensão ou cirúrgicos de seus próprios filhos, justificando não terem condições econômicas ou relegando somente à mulher estas obrigações e deveres.

Entretanto, ainda que as mulheres do estudo sejam universitárias, tenham conhecimento das estruturas e mecanismos de proteção às mulheres e das leis que as amparam e garantem seu bem-estar, elas demonstram dificuldades e conflitos na resolução dos problemas de violação de direitos advindos das relações estabelecidas na vida íntima. Isto implica dizer que estas mulheres estão inseridas num contexto coletivo de violência contra mulheres que perpassam questões de assimetria de gênero e sem rede de apoio, de intervenções específicas e efetivas sobre a problemática, estas mulheres possuem dificuldades de sair das situações de violência, mesmo pertencendo a uma camada privilegiada da população.

Este ponto reflete a necessidade premente por parte de toda a sociedade, na busca por fazer valer as leis que protegem os direitos das mulheres, na luta incessante de reduzir, até que se elimine totalmente este tipo de violência.

Não obstante, reconhecemos que mulheres em situações de vulnerabilidade tenham mais dificuldades e sofram mais riscos e danos advindos destes tipos de violência ou são mais expostas ao feminicídio. Desta forma, pontuamos a necessidade de atuação efetiva sobre este complexo fenômeno e seus desdobramentos. É necessário que o cuidado e acolhimento às vítimas ocorram integralmente, com trabalho multidisciplinar e interdisciplinar, envolvendo a assistência social, a saúde física e psicológica dessas mulheres. Essa questão apresenta fragilidade, conforme Silva (2017), pois, apesar da violência ser um fenômeno mundial, a capacitação dos profissionais para trabalharem com questões de violência é restrita, dando margem a falhas e lacunas no manejo dos casos de violência contra as mulheres.

Considerações finais

Este artigo aponta que há consequências na vida das mulheres que sofrem violência por seus parceiros e ex-parceiros íntimos. A violência leva à fragilização de todas as esferas da vida de quem a vivência, comprometendo e tornando a experiência de vida padecedora. É fundamental que se fortaleçam as diversas esferas impactadas e que se construam novas possibilidades de vida para essas mulheres. Estas ações, por si só, reverberam na construção de saúde.

A saúde diz respeito às dimensões integrais da vida. Quanto à compreensão da atuação, deve-se buscar um trabalho de cuidado para com as vítimas de violência de gênero, efetivo e intersetorial, para se contemplar as diversas demandas advindas da violência sofrida.

Construir saúde vai além do âmbito biomédico. Trata-se de se ter profissionais devidamente capacitados para lidar com este tipo de situação. Não é apenas nos centros médicos que se faz saúde. Quando, nos centros especializados, se recebe uma denúncia, ao se acolher devidamente essas vítimas, está se cuidando desta ferida sociocultural e psicológica, dizendo, por meio dos cuidados a essas mulheres, que elas não estão sozinhas, que podem contar com redes de apoio que lutarão com elas e por suas vidas. É um momento importante para encorajá-las a denunciarem a violência que sofreram e a quebrarem o silêncio ao qual foram lançadas. Entretanto, quando nos serviços também não chegam mulheres que representam as diversas classes, grupos, idades, raças, etnias etc., os profissionais devem estar atentos na observância de como a violência marcada pelo capitalismo e pelo patriarcado delineiam suas intensidades sobre as mais variadas diferenças entre as mulheres. Inclusive se as mulheres forem de grupos vulneráveis, a possibilidade de terem menores e menos recursos de superação e condição de saída de situações de violência será ainda mais grave.

O trabalho multidisciplinar é fundamental, exigindo a atuação conjunta e organizada de diversos agentes que têm o foco o fortalecimento e aumento da probabilidade de as mulheres terem autonomia, aspecto básico para romper com o ciclo de violência, bem como conseguirem construir novas relações de confiança com laços saudáveis.

Apesar de os autores de violência não experienciarem consequências sob seus atos praticados às mulheres e seus filhos, reitera-se a necessidade de se discutir junto à sociedade o que é a violência às mulheres, suas formas de apresentação e consequências, na ótica de quem a sofre e de quem a pratica, mostrando caminhos para se sair desta situação e a importância de se denunciar e tratar do fenômeno. É importante, ainda, discutir como as diversas formas de violência devem ser atendidas pelas estruturas responsáveis pelo acolhimento das pessoas que as sofreram.

A subjetividade feminina atribui ao cuidado a violência, expressa na possessividade do parceiro. Normalmente, essas questões são ampliadas e surgem agressões psicológicas, chantagens, ameaças, controles de horários, aonde vai, com quem vai, porque vai. O direito de ir e vir é subtraído numa tentativa de afastá-las de seus

amigos e familiares, vulnerabilizando-as e tirando-lhes a rede de apoio. Não raras vezes, da agressão psicológica, os autores da violência seguem para a agressão física.

É preciso denunciar! E a sociedade tem este papel,² assim como o de encorajar as mulheres vítimas de violência a denunciarem o autor da agressão. É necessário que a população atue culturalmente sobre este grave problema que é de saúde pública, uma vez que atinge inúmeras mulheres, inclusive as universitárias e sobretudo de grupos vulneráveis, tratando-se, portanto, de um problema de toda a sociedade e não apenas de quem é vítima de relacionamentos abusivos.³

Referências

- ALVES, P. P. *et al.* *Atlas da Violência*. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA. Brasília, 2020. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/24/atlas-da-violencia-2020>. Acesso em: 10 dez. 2021.
- ATAIDE, M. A. de. Namoro: uma relação de afetos ou de violência entre jovens casais? *Revista Interdisc. INTERthesis*, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 248-270, jan-jun, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.5007/1807-1384.2015v12n1p248>. Acesso em: 17 dez. 2021.
- BRAUN, V.; CLARKE, V. Using thematic analysis in psychology. *Qualitative Research in Psychology*, v. 3, n. 2, p. 77-101. Disponível em: <https://doi.org/10.1191/1478088706qp063oa>. Acesso em: 3 fev. 2021.
- BRASIL. Lei Maria da Penha. *Lei n. 11.340, de 07 de agosto de 2006*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11340.htm. Acesso em: 6 dez. 2021.
- CAREL, H. *Phenomenology of illness*. Oxford: Oxford University Press, 2016.
- FLAKE, T. A. *et al.* Violência por parceiro íntimo entre estudantes de duas universidades do Estado de São Paulo, Brasil. *Revista Brasileira de Epidemiologia*, v. 16, n. 4, p. 801-816, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1415-790X2013000400001>. Acesso em: 17 dez. 2021.
- FRUGOLI, R.; FURQUIM, G. T. Conhece Violência contra as Mulheres? E a Psicológica? In: CAETANO, L. M.; SILVA, S. C. (org.). *Psicologia para Pais e Educadores*, v. 2. Curitiba: Ed. Juruá, 2019.
- FRUGOLI, R. *et al.* *De conflitos e negociações: uma etnografia na Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher*. São Paulo, v. 28, n. 2, p. 201-214, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/kSsPDY5QkNqrZgRK8sfnmWB/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 8 dez. 2021.
- FRUGOLI, R. *et al.* Violência contra as mulheres universitárias: passividade institucional e vulnerabilidade no âmbito acadêmico. *Revista Científica Eletrônica de Psicologia*. Garça, v. 33, n. 1, p. 2-23, 2019. Disponível em: http://faef.revista.inf.br/imagens_arquivos/arquivos_destaque/FYY6Zr6VVISRzo9_2020-1-18-8-48-55.pdf. Acesso em: 7 dez. 2021.

GONZALEZ, L. Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira. *Revista Ciências Sociais Hoje*, São Paulo, ANPOCS, p. 223-244, 1983. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/mod/resource/view.php?id=3040030&forceview=1>. Acesso em: 29 maio 2022.

HERNÁNDEZ, M. C. Manifestaciones de la Conducta de Agresión en el Contexto Universitario. *Revista Escenarios*, v. 11, n. 1, jan-jun., p. 139-148, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.15665/esc.v11i1.188>. Acesso em: 17 dez. 2021.

HERNÁNDEZ, S. I. Violencia de género en las universidades o la necesidad de una intervención educativa. *International Journal of Developmental and Educational Psychology*, v. 1, n. 1, p. 531-543, 2015. Disponível em: <https://revista.infad.eu/index.php/IJODAEP/article/view/46>. Acesso em: 17 dez. 2021.

IGAREDA, N.; BODELÓN, E. Las violencias sexuales en las universidades: cuando lo que no se denuncia no existe. *Revista Española de Investigación Criminológica: REIC*, n. 12, 2014. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=4783305>. Acesso em: 17 dez. 2021.

LUCENA, K. D. T. *et al.* A. Análise do ciclo da violência doméstica contra a mulher. *Journal of Human Growth and Development*. Marília, v. 26, n. 2, 2016. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/jhgd/article/view/119238>. Acesso em: 10 mar. 2021.

MAITO, D. C.; PANÚNCIO-PINTO, M. P.; SEVERI, F. C.; VIEIRA, E. M. Construção de diretrizes para orientar ações institucionais em casos de violência de gênero na universidade. *Interface - Comunicação, Saúde, Educação*. São Paulo, v. 23, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/interface.180653>. Acesso em: 08 mar. 2021.

MENDONÇA, E. T.; SOUZA, L. V. A Violência Doméstica Contra a Mulher como Questão de Saúde Pública. *Revista de Enfermagem UFPE On Line*. Pernambuco, v. 4, n. 2, p. 874-881, 2010. Disponível em <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaenfermagem/article/viewFile/6228/5476>. Acesso em: 10 fev. 2021.

MIRANDA, M. P.; PAULA, C. S. de; BORDIN, I. A. Violência conjugal física contra a mulher na vida: prevalência e impacto imediato na saúde, trabalho e família. *Revista Panamericana de Salud Pública*, Washington, 2010. Disponível em: <https://scielosp.org/pdf/rpsp/2010.v27n4/300-308/pt>. Acesso em: 21 fev. 2021.

ORGANIZAÇÃO PANAMERICANA DA SAÚDE; ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. *Folha informativa - Violência contra as mulheres*. 2017. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/topics/violence-against-women>. Acesso em: 07 abr. 2021.

REALPHE, S. P. M. *et al.* ¿“Sutilezas” de la discriminación y la violencia basada en el género? Situación de los y las estudiantes de Pregrado y Posgrado de una facultad de medicina en Bogotá D.C. *Revista Med.*, v. 23, n. 1, p. 27-37, 2015. Disponível em: <https://revistas.unimilitar.edu.co/index.php/rmed/article/view/1327>. Acesso em: 17 dez. 2021.

RIBEIRO, C. G.; COUTINHO, M. da P. de L. Representações Sociais de Mulheres Vítimas de Violência Doméstica na Cidade de João Pessoa-PB. *Revista Psicologia e Saúde*. Campo Grande, v.3, n. 1, p. 52-59, 2011. Disponível em: <https://doaj.org/article/e10d850e06b24d43a9531500bb9e3997>. Acesso em: 25 fev. 2021.

SILVA, R. F. da. *A delegacia dos fundos: uma etnografia na delegacia especializada de atendimento à mulher*. Universidade Federal de São Paulo - UNIFESP. São Paulo, 2017. Disponível em: <http://repositorio.unifesp.br/11600/41860>. Acesso em: 08 set. 2021.

STRAUS, M. A.; GOZJOLKO, K. L. “Intimate Terrorism” and Gender Differences in Injury of Dating Partners by Male and Female University Students. *Journal of Family Violence*, v. 29, p. 51-65, 2014. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s10896-013-9560-7>. Acesso em: 17 dez. 2021.

TANIZAKA, H. *et al. Contribuições da Epistemologia de Gênero para a Compreensão do Fenômeno da Violência contra as Mulheres Universitárias*. Um Olhar na Família. São Paulo, n. 1, p. 93-106, 2020. Disponível em: <https://www.editoracientifica.org/books/isbn/978-65-87196-13-8>. Acesso em: 09 dez. 2021.

TSUI, E. K.; SANTAMARIA, E. K. Intimate Partner Violence Risk among Undergraduate Women from an Urban Commuter College: The Role of Navigating Off- and On-Campus Social Environments. *J Urban Health*, v. 92, n. 3, p. 513-526, 2015. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/25644170/>. Acesso em: 17 dez. 2021.

TURCHIK, J. A.; HASSIJA, C. M. Female Sexual Victimization Among College Students Assault Severity, Health Risk Behaviors, and Sexual Functioning. *Journal of Interpersonal Violence*, v. 29, n. 13, p. 2439-2457, September 2014.

WASELFSZ, J. J. *Mapa da Violência 2015: Homicídio de Mulheres no Brasil*. Disponível em: https://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2016/04/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf. Acesso em: 7 dez. 2021.

Notas

¹ Rosa FRUGOLI, 2019; Rosa SILVA, 2017; Marlene ATAIDE, 2015; STRAUS; Kristi GOZJOLKO, 2014; Tânia FLAKE *et al.*, 2013. Em conformidade com a política feminista de visibilidade da autoria feminina, este estudo registra o nome seguido do sobrenome a primeira vez que uma autora for citada no texto.

² Discar 180 para maus-tratos e 190 para emergência.

³ I R. Frugoli: concepção e projeto; análise e interpretação dos dados; redação do artigo, revisão crítica relevante do conteúdo intelectual; aprovação final da versão a ser publicada. A. da F. Araujo: análise e interpretação dos dados; redação do artigo, revisão crítica relevante do conteúdo intelectual. Y. P. de Oliveira: concepção e projeto; análise e interpretação dos dados; redação do artigo. O. Riboldi Júnior: redação do artigo. Os autores são responsáveis por todos os aspectos do trabalho na garantia da exatidão e integridade de qualquer parte da obra.

Abstract

Consequences of gender violence on the health of undergraduate students: a case study on abusive intimate relationships

This article deals with violence against women by intimate partners, limited to participants attending undergraduate courses at universities in ABCD Paulista and who have experienced this type of violation. Violence against women, demarcated by gender asymmetries, is a public health issue as it is an explicit violation of human rights. Given the seriousness of the issue, this study aimed to analyze how violence against women is expressed in the lives of undergraduate students and its consequences in their lives. The qualitative method used four case studies with semi-structured interviews. Thematic Analysis treated the collected data, emerging two themes with groups of main meanings: types of violence and consequences on the lives of undergraduate women. From these analyses, physical, psychological, and sexual violence often co-occurred with health consequences, especially mental, accentuating problems such as depression and panic, disqualification of self-image, and abrupt change in weight. It was concluded that: a) even undergraduate students with access to information and criticism about unsatisfactory intimate relationships, experience intimate violence affecting their lives; b) although the issue of violence against women has gained notoriety, one must reflect and act to guarantee them basic rights, in any social space.

► **Keywords:** Violence against women. Gender violence. Abusive intimate relationship. Physical and psychological violence. College women.

